

## RESENHA

# **Uma luta em torno da educação: analisando o movimento "Escola sem Partido" ou Escola "sem" Partido**

**Radamés de Mesquita Rogério<sup>1</sup>**

1. Doutor em sociologia (UFC), professor adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de Sociologia (LEPES/UESPI). [rm\\_rogerio@yahoo.com.br](mailto:rm_rogerio@yahoo.com.br)

***FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.***

Como professor da licenciatura e como sociólogo, há muito que o movimento “escola sem partido” chamou a minha atenção e me trouxe preocupação. Desde seu surgimento, em meados dos anos 2000, ele tem se destacado no cenário nacional pelo seu apelo e alcance, de forma que tem crescido e alcançado mais e mais adeptos no mundo da política, escolar e na sociedade em geral. No âmbito legislativo, o Escola sem Partido nasce da proposição do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) que pede ao procurador da república Miguel Nagib que elabore um projeto de lei para pôr em prática as propostas do movimento liderado por Nagib. O movimento é organizado e já obteve vários proponentes que em suas casas legislativas, nos três âmbitos – municipal, estadual e federal, o propuseram e mais, conseguiram o implementar, embora tenham sido desautorizados posteriormente pelo Supremo (explico mais tarde).

É neste cenário, que o livro organizado por Gaudêncio Frigotto é extremamente oportuno porque estamos num momento em que o enfrentamento em torno da educação está agudizado. Teóricos da alçada de Pierre Bourdieu (1996, 2002) há muito já apontaram que a educação é um campo de disputas, de forma que o conteúdo do seu currículo, assim como os seus métodos não são neutros, mas sim resultantes de conflitos entre grupos. Aqui não temos novidade, mas a organização de um grupo nos moldes do Escola sem Partido, doravante ESP, talvez o seja, assim como a ameaça que ele representa não só para a educação como para a sociedade brasileira conforme aponta o subtítulo do livro organizado por Frigotto.

Destacando o título do livro, partimos da premissa de que seu organizador, assim como os autores que o compõe, não terão nenhum “isenção” em suas análises do movimento. As aspas em “sem” da expressão “escola sem partido”, traz o primeiro questionamento: é mesmo sem partido esse movimento? É sem partido ou é do partido que me apraz? Que partido é esse?

Segundo, o subtítulo “esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” é bastante direto e traz à tona a ideia da esfinge que precisa ser decifrada em seus enigmas sob o perigo de devorar quem por ela passe. Os autores dos artigos que compõem o livro, caro leitor, não irão analisa-lo sob a ótica do “vamos ver do que se trata e te dizemos”, não. Eles partem de um pressuposto: o de desvendar o enigma em prol de combater o perigo que se apresenta diante da agudização do conflito em torno da educação que já comentei, acredito que eles estão bastante certos, ou seja, é preciso se posicionar, é preciso tomar posição nessa disputa, não se trata de tempos, nem contexto de isenções.

Antes, porém, de analisarmos cada capítulo do livro, gostaríamos de trazeremos alguns elementos à mesa. O ESP possui um site ([escolasempartido.org](http://escolasempartido.org)) onde afirma suas linhas, por exemplo:

EscolasemPartido.org é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de *contaminação político-ideológica* das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um *exército organizado de*

*militantes travestidos de professores* prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo<sup>1</sup>.

Destaque-se duas passagens: 1. A ideia de que o sistema educacional brasileiro sofre uma “contaminação político-ideológica”; 2. A ideia de que existe um “exército organizado de militantes travestidos de professores”. Que composições ideológicas podemos realizar a partir da ideia de contaminação? Faça a mesma pergunta para a ideia de exército organizado.

Em outra passagem, o site do movimento afirma:

EscolasemPartido.org foi criado para dar visibilidade a um *problema gravíssimo* que atinge a *imensa maioria* das escolas e universidades brasileiras: a *instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários*<sup>2</sup>.

Na visão do movimento e de seus adeptos, a “imensa maioria” das escolas e universidades no Brasil são instrumentalizadas para fins políticos, ideológicos e partidários, o que se configura em gravíssimo problema.

Então para resumir esse primeiro olhar sobre o movimento ESP, a partir deles mesmos, temos os seguintes elementos: o movimento diz ter sido criado para dar visibilidade ao grave problema do uso maciço de escolas e universidades no país para uso político, ideológico e partidário e que, neste sentido, há um exército de professores organizados para realizar esse propósito, mas que são na verdade militantes que se aproveitam da liberdade de cátedra e da proteção dada pela sala de aula. Esta posto o quadro geral.

---

1. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 15/10/2017. Grifos nossos.

2. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso em: 15/10/2017. Grifos nossos.

## Estrutura do livro e seus capítulos

O livro é composto de nove artigos e autores que possuem formações diversas como: filosofia, direito, psicologia, história e educação, com predominância desta última. No texto que abre a coletânea, intitulado “A gênese das teses do Escola sem Partido: Esfinge e ovo da serpente que ameaçam a educação e a sociedade brasileira”, o doutor em educação pela PUC-SP, Gaudêncio Frigotto faz uma interessante análise onde localiza o ESP no âmbito geral da crise do capitalismo e do “atual golpe de Estado de 31/8/2016”.

Para o autor, o ESP e suas teses não podem ser analisados e compreendidos neles mesmos e menos ainda por ser interpretado como algo que afeta apenas a escola, a educação e os educadores. Trata-se de uma ameaça maior à sociedade na medida em que o ESP é parte de um processo, é um traço do “clima de desagregação social, de produção do ódio às diferenças e de preparação de uma atmosfera de perseguição” (p. 17).

O ESP não está num vazio ideológico, neste sentido Frigotto narra uma história perversa da reprodução sócio-político econômica de nossas elites até o desenrolar do último ato maior, o golpe que destituiu a presidenta Dilma em 2016.

A educação é um dos mais destacados campos de disputas e conquistas ideológicas, estando seus quadros, seu currículo, seus métodos ligados às disputas de mercado e as refletindo. A função docente é um dos principais alvos porque o professor é uma peça-chave nesse quebra-cabeça de ordem e dominação, neste sentido, o ESP ataca os professores afirmando que estes são responsáveis pela condução de “seres idiotas manipulados” (p. 29) para reduzir a função docente à instrução, ao repasse de informações.

Desta forma, conclui Frigotto:

O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função do docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a

realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a ser tornarem delatores. (p. 31)

Uma sociedade de delatores não é exatamente um ideal de sociedade que deveríamos buscar, o cenário não é encorajador. Vejamos o que nos apresenta o segundo capítulo intitulado “O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional” de Fernando de Araujo Penna, doutor em educação pela UFRJ e professor adjunto da UFF.

Penna analisa o ESP enquanto discurso baseado em quatro chaves de compreensão ensejadas pelo próprio movimento: 1. Uma determinada concepção de educação; 2. A desqualificação dos professores; 3. O uso de estratégias discursivas fascistas; 4. A defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos.

Sobre o ponto um, o autor destaca que o ESP trabalha com uma concepção de educação que busca separar educação do ato de educar, numa tentativa de reduzi-la ao ato de instruir. O ato de educar seria uma competência exclusiva da família e da religião, não cabendo ao professor ultrapassar a barreira da transmissão neutra do conhecimento sem discutir a realidade do aluno. Penna aponta no site do próprio ESP evidências desta concepção de educação quando diz-se:

você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político internacional<sup>3</sup>.

Para o autor, há aqui uma concepção de educação próxima a um “neotecnicismo” onde o professor não discute valores e não pode falar sobre a realidade do aluno, estando, seu trabalho, reduzido a reprodução do conhecimento.

Isso tem a muito a ver com o ponto dois: a desqualificação dos professores. Miguel Nagib, a principal cara do ESP e um de seus idealizadores afirmou em

---

**3.** Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador/>>. Acesso em: 17/10/2017.

entrevista citada por Penna: “Nenhum pai é obrigado a confiar em um professor. Nenhum pai. O professor quando fecha a porta da sala de aula, ele é o dono do espetáculo” (p. 38/39). Para nosso autor, essa desqualificação do professor está ligada a aproximação que o ESP realiza entre a concepção de educação e a lógica de mercado, levando em consideração declaração do próprio Nagib de que teria baseado o projeto do ESP no Código de Defesa do Consumidor.

Nagib, e aqueles que o seguem, parte de uma lógica de que os professores são passíveis de desconfiança, assim como são, em muitos casos, desqualificados. Além disso, os alunos são a parte mais fraca na relação de serviço educação, por isso precisam ser protegidos, assim como devem ser protegidos os consumidores das empresas. Aqui quem oferta o serviço e é a parte forte da relação são os professores.

O terceiro ponto de análise do autor são as estratégias discursivas fascistas. Como apontamos no início desse texto, o site do ESP usa expressões como “contaminação político-ideológica” e “exército organizado de militantes” para se referir aos professores das escolas e universidades públicas brasileiras. Em um site que tem sido um importante instrumento de combate ao ESP, a saber, o *contraescolasempartidoblog*, Penna demonstrou<sup>4</sup> o ataque promovido pelo movimento ESP aos professores, particularmente, através do uso de imagens, memes<sup>5</sup>, charges. Neste sentido, duas figuras são os maiores alvos, o educador brasileiro Paulo Freire e o sociólogo italiano Antônio Gramsci.

Nesses ataques aos professor o discurso fascistas está presente na tentativa de desconstruir o outro e transformá-lo em algo que não merece consideração, um monstro que, no nosso caso, corrompe inocentes, como critica Penna,

**4.** O ódio aos professores se profissionaliza. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/>>. Acesso em: 17/10/2017.

**5.** Na sua forma mais básica, meme é tudo aquilo que os utilizadores da Internet repetem, simplesmente uma ideia que é propagada através da World Wide Web. Esta ideia pode assumir a forma de um hiperlink, vídeo, imagem, website, hashtag, ou mesmo apenas uma palavra ou frase. Este meme pode se espalhar de pessoa para pessoa através das redes sociais, blogs, e-mail direto, fontes de notícias e outros serviços baseados na web tornando-se geralmente viral.

arquitetando um “plano maligno de doutrinação das crianças e dos jovens”.

Por último, o autor analisa o poder total dos pais sobre os filhos. Baseado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (PACTO DE SAN JOSÉ), o ESP comete um grande equívoco. A Convenção afirma que os pais têm direito a que seus filhos tenham a educação moral e religiosa compatível com suas próprias convicções. O ESP interpreta esse artigo ao pé da letra esquecendo-se que ele tem validade somente para o âmbito privado e não para o público, sendo, assim, impossível para um professor adequar sua aula aos preceitos morais de quarenta pais diferentes.

Penna conclui que por esses e outros fatores, o ESP é ilegítimo, mas o que há em torno dele nos oportuniza reavivar o debate sobre o que é educar, o que é a Escola Pública, quais são os valores que ensinamos na escola, discutir enfim a nossa ética profissional.

A mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, Betty Espinosa e o advogado, mestre em Políticas Públicas e Formação Humana também pela UERJ, Felipe Queiroz, assinam o artigo “Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido” que é o terceiro capítulo do livro.

Aqui os autores querem questionar um dos aspectos mais destacados do ESP sobre si mesmo: o apartidarismo. Para isso, os autores vão analisar as conexões em rede do movimento a partir dos atores principais que lhe representam ou se fazem presentes em suas manifestações.

No primeiro momento, eles apresentam movimentos nos EUA que inspiram o ESP como o noindoctrination.org um site criado para agregar depoimentos anônimos de pessoas que tiveram experiências de doutrinação em sala de aula. Outro movimento semelhante, mas no campo universitário, é o Campus Watch que “incentiva estudantes universitários a denunciarem professores que possam ter posições ideológicas anti-israelenses” (ESPINOSA; QUEIROZ, p. 50). Por último, os autores falam do Ceation Studies Institute que em grande medida, “combatem o ensinamento da teoria da evolução, a perspectiva de gênero ou temas relacionados ao multiculturalismo” (Id., ibd.).

O próprio ESP angariou muitos adeptos, quando começou a combater com mais foco o que eles denominam de “ideologia de gênero” com resultados

práticos como a exclusão de todas as metas relativas ao combate às desigualdades de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE).

Essa eficácia política demonstrada em 2014 faz com que alguns movimentos e partidos políticos passem a se apropriar e comprar ideias do movimento. De forma que, até o final de 2016 já haviam setenta iniciativas parlamentares de projetos de lei nos três âmbitos – municipal, estadual e federal – no Brasil, tramitando, assim, o projeto em onze estados diferentes, tendo inclusive sido aprovado em 2016 no Estado de Alagoas (LEI Nº 7800/2016).

O que impressiona é que o ESP é uma iniciativa que atenta contra vários princípios constitucionais conforme parecer do Ministério Público Federal, mas mesmo assim adquire forte capilaridade que, conforme destacam os autores, não pode e nem deve mais ser desconsiderada.

Voltando as conexões e ao apartidarismo, Espinosa e Queiroz demonstram que todos os parlamentares proponentes do ESP eram defensores do afastamento da Presidenta Dilma Rousseuff e a grande maioria tem ligações com setores evangélicos, notadamente as igrejas pentecostais.

O que leva os autores a concluir:

Ante ao exposto, podemos afirmar que não passa de uma grande armadilha a preconização de que o Escola em Partido possui natureza apartidária, e que não possui “qualquer espécie de vinculação política, ideológica” (p. 61).

O quarto capítulo do livro, da doutora em educação pela UFF Eveline Algebaile, é intitulado “Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve”. Nele a autora questione a possibilidade de chamar o ESP de “movimento”, pois o compreende como uma “organização especializada”. Embora ele se apresente como movimento no qual seria conduzido por propósitos altruístas de combater a partidarização das escolas, na verdade dissimula sua própria condição de organismo de um campo partidário “conservador, fortemente ramificado em instituições (mídia, parlamento) e portador de um programa de ação que envolve técnicas de mobilização e propaganda bastante sincronizadas” (ALGEBAILLE, p. 71).



Outra grande contradição no seio da “organização” é a aura de defesa moral que busca se revestir enquanto, ao mesmo tempo, usa uma linguagem e estratégias que amesquinham ao máximo o debate político. A estratégia de “abater o inimigo” é claramente utilizada e visível na linguagem jocosa, grosseira, deselegante.

A própria interatividade propalada no site do ESP é apontada pela autora não como uma ferramenta para ampliar uma associação de pessoas que conduzem uma luta relacionada a fins comuns, mas sim uma forma de “incorporar pessoas de forma utilitária” para se referendar posições já definidas que são tomadas por um rol bem restrito de participantes. Para a autora, “a associação aberta é apenas uma face complementar secundária de sua forma real de organização”.

A ideia de um grupo aberto e apartidário perde o sentido quando se vê, conforme demonstra a autora, que sessenta e sete candidatos às próximas eleições, a grande maioria de vereadores, são signatários do projeto de lei. Dentre estes, a grande maioria é do Partido Social Cristão (PSC) – dezesseis (23%) e oito (11,9%) são do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Temos aqui uma concentração considerável. O signatário assina um termo de compromisso junto ao site do anteprojeto do ESP chancelado pela própria organização que é divulgado ao lado da reprodução de um cartaz de propaganda de cada um dos candidatos, estes, por sua vez, se comprometem formalmente a apresentar ou apoiar “projetos de lei contra a doutrinação e a propaganda política e partidária nas escolas” (ALGEBAILÉ, p. 66).

Concluindo a autora se pergunta: diante de tantos e tamanhos problemas que a educação pública brasileira enfrenta como o salário e condições de trabalho dos professores, onde muito Estados entram na justiça para descumprir o piso salarial, a infraestrutura precária das escolas, dentre outros, de onde tiramos que nosso problema mais agudo é o da doutrinação ideológico-partidária? A autora afirma que entre a “escola real” e a escola do ESP existe uma distância e é preciso que examinemos atentamente o conflito por trás da posição de evidência da segunda em detrimento da primeira.

Em “Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico”, Marise Ramos<sup>6</sup> se apropria dos conceitos de “ditadura comissária” e “ditadura soberana” como ponto de partida para discutir o ESP dentro de uma lógica de um estado de exceção a partir de Giorgi Agamben. Conforme outros autores já afirmaram, o ESP é um projeto de lei que fere a Constituição. Segundo Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, o projeto:

(...) subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços públicos e privado, impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88 (RAMOS, p. 78).

Utilizando-se das categorias de Agamben, Ramos argumenta que assim como na lógica de uma ditadura comissária, em que a norma pode ser suspensa sem, entretanto, deixar de vigorar, o ESP, embora seja inconstitucional, pode ser aprovado e, principalmente, aplicado. O importante é a normatização do real, de forma que o legal torna-se menos importante do que o normativo.

Esse é o perigo que enfrentamos, um projeto que não precisa de validade jurídica para funcionar, para se efetivar, embora busque incessantemente essa validade através de cem números de projetos que tramitam ou tramitaram em diversos estados e municípios, sendo aprovados em alguns municípios e no Estado de Alagoas.

A autora realiza um importante posicionamento: não corrobora com a substituição, na escola, do ensino de conteúdos escolares pela formação política, assim como não corrobora com a separação mecânica entre um e outro processo. Os perigos são que a primeira pode anular a formação científica, e a segunda a reifica como neutra e reserva a cultura e a política exclusivamente à família.

---

**6.** Pós-doutora em Etnossociologia do Conhecimento Profissional pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal) e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

No sexto capítulo do livro, um coletivo de oito professores da UERJ assina um artigo intitulado “Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido” resultante de uma série de debates e atividades sobre os projetos de lei propostos pelo ESP.

Inicialmente as autoras e o autor avaliam que os modos de participação política estão sendo degradados em detrimento de outros modos de participação centrados no consumo de bens conforme já havia avaliado Néstor Canclini (2006). Para este autor, assiste-se a uma perigosa associação entre consumidor e cidadão, o que resulta na redução da vitalidade democrática. O ESP busca caminhar nessa direção.

Tomando ainda de empréstimo, do cientista político Ernesto Laclau, o termo “significantes vazios” (que denota termos que ao serem usados possuem tantos significados, tantas possibilidades de interpretação e apropriação que acabam se esvaziando), os autores avaliam como o ESP atua sob esse subterfúgio como, por exemplo, no emprego da palavra liberdade que está contida treze vezes no PL do Programa ESP e tem uma grande variedade de significados, principalmente no paradoxo em que pais e estudantes devem gozar de uma extensa liberdade enquanto professores são asfixiados em suas liberdades de expressão, de cátedra etc.

O próprio termo ideologia de gênero é um significante vazio na medida em que identifica:

De maneira tendenciosa e pejorativa, pesquisas, práticas e debates que problematizem as relações de poder hierárquicas ou de opressão entre os gêneros, a heteronormatividade compulsória dos espaços escolares e a LGBTfobia presentes em nossa sociedade (MATTOS *et al.*, p. 94).

Outros dois alvos primordiais do ESP apontados pelos autores são o livro didático e os estudantes como sujeitos passivos. As estratégias dos partidários do movimento é a de apresentarem textos e atividades descontextualizadas, muitas vezes de livros reprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Por último, sobre os estudantes, o ESP propõem projetos destinados às escolas sem a participação dos atores nela implicados. Pressupõem estudantes passivos, incapazes de participar, mas conforme destacam os autores não é isso que tem se visto, particularmente nos movimentos de ocupações de escolas que ocorreu em diversas partes do país, onde os estudantes foram protagonistas e demandaram, acima de tudo, terem voz.

No capítulo seguinte, três psicólogos, Isabel Bárbara (Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, professora do Município do Rio de Janeiro), Fabiana Cunha (Mestre em Psicologia pela UFF) e Pedro Bicalho (Doutor em Psicologia pela UFRJ e Professor Associado do Instituto de Psicologia da UFRJ) se perguntam: por que o ESP visa a normatização apenas da escola pública e deixa de lado a escola privada?

Os autores analisam que quando a escola pública é criada e massificada sua proposta de servir à ascensão social de seu público onde os alunos iam para ampliar seu conhecimento é rapidamente modificada sendo direcionada para a busca pela “homogeneização de comportamentos, de produção de sujeitos adestrados para a produção, construção de trabalhadores” (BÁRBARA *et al.*, 108).

Numa crítica ao neoliberalismo e todas suas formas de controle, particularmente àqueles que se encontram fora do sistema de consumo, os autores avaliam que o foco do ESP no silenciamento do professor é uma tentativa de evitar “qualquer produção de linhas de fuga e/ou subjetividades singularizadas” o que contribui diretamente a constituição de intensa “subjetividade penal”.

O público da escola pública, nesse mundo das liberdades democráticas e de mercado onde se glorifica o “mito da mobilidade social”, o contingente enorme de excluídos é avaliado por sua “essência faltosa”.

Da mesma forma, os contestadores, os não convencionais, os diferentes, os fora-da-norma, os transgressores e, mais do que nunca, os inventores, criadores e construtores de outros modos de viver e existir, também seriam indesejáveis, pois estariam habitando o território da falta, do “Mal”. Em suma, seriam perigosos. (COIMBRA; LEITÃO, 2007, p. 169 *apud* BÁRBARA *et al.*, p. 116/117).

Na lógica de governamentalidade do ESP, o professor deve ser amordaçado por que ele é um elemento perigoso, capaz de inventar aquilo que irá contrariar a educação familiar.

No penúltimo capítulo do livro os filósofos Rafael Souza e Tiago Oliveira se utilizam das categorias *doxa* e *logos* para analisar a proposta do movimento ESP. Na análise dos autores, a *doxa* (crença comum, opinião) que desde Platão é desprestigiada em detrimento do *logos* (razão), volta com força na lógica do movimento, de forma que por trás da ideia de que é preciso se considerar todas as correntes<sup>7</sup> está a intenção de trazer para escola, espaço por natureza do *logos*, a *doxa* significada em figuras como o criacionismo e verdades bíblicas, por exemplo.

Agindo assim, o PL provoca confusão nefasta quanto aos espaços adequados ao ensino de doutrinas e aqueles destinados ao aprendizado da Filosofia e da ciência. Nefasta porque traz o obscurantismo representado pela predominância da *doxa* em detrimento do *logos* no espaço escolar, ficando comprometida a distinção entre espaços informais (famílias, igrejas, organizações não governamentais, grupos sociais) e formais (escolas e demais instituições de ensino) de educação.

Para os autores, o projeto do ESP, é uma reação, antes de tudo, dos setores conservadores, contra a cartilha que o MEC tentou distribuir nas escolas sobre educação sexual e gênero. Eles admitem que houve “deslize” por parte do governo, mas discordam totalmente da reação sobre a proposta governamental.

Sobrepondo o *logos*, criando insegurança quanto à prática docente ao perseguir professores, criminalizando a política, o ESP contribui para piorar não só a educação, como a sociedade brasileira.

No nono e último capítulo do livro, intitulado “Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido”, Paulino Orso se propõe a um caminho diferente dos demais artigos do livro: discutir uma profunda reestruturação curricular e uma nova proposta de Projeto Político

---

7. “Diz o artigo 4º, Inciso IV, da referida lei que ‘ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.” (SOUZA E OLIVEIRA, p. 123).

Pedagógico (PPP). A tarefa exige a recuperação de categorias essenciais como classe social, luta de classes, transformação social, dentre outras.

Uma das principais críticas feitas pelo autor incide sobre leituras da realidade que trabalham com a ideia de “fim da história”, de “fim das ideologias”, trata-se do “festerê do pragmatismo, do consumismo e do utilitarismo” (ORSO, p. 135). Sobre esse último item, o autor analisa que o ESP está no bojo de um conjunto de ideias que vem a desvalorizar a teoria em detrimento da prática: “querem extirpar todo caráter teórico, histórico, filosófico, sociológico, político e ideológico” (Idem, p. 141).

O autor nos leva a concluir, quando demonstra na prática o processo de reformulação de um PPP que é preciso envolver toda a comunidade escolar, é preciso primeiro se fazer conhecer o seu conteúdo, suas propostas, suas intenções, compartilhar o conhecimento. Desse conhecimento vem um elemento-chave: o compromisso. Assim, poderemos evitar que a escola se transforme numa “jaula para trancafiar docentes e alunos e isolá-los do mundo (...) na tentativa de impedir que vejam o que ocorre à sua volta” (Idem, p. 138).

## Concluindo

É tempo de lutar, do contrário seremos engolidos pela esfinge. Temos que nos organizar, do contrário a docência ficará seriamente ameaçada. O ESP é parte de um complexo maior que diz respeito à reação ultraconservadora de uma parte importante da sociedade brasileira. Isso é o mínimo que o leitor deste livro sentirá ao terminar de lê-lo. Um livro acima de tudo necessário. Que venham outros. Que venham lutas!

## Referências

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 7 ed., Campinas: Papyrus, 1996.

**Recebido:** 02/10/2017

**Aceito:** 24/10/2017